

Ser Camponês: agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

Being a Peasant: agency as identity in politics in the Memorial of Peasant Leagues and Struggles

Átila Bezerra Tolentino¹

DOI 10.26512/museologia.v14i28.58677

Resumo

A partir de uma pesquisa implicada e comprometida com públicos subalternizados, este artigo apresenta uma reflexão sobre como o “ser camponês” é agenciado pelo Memorial das Ligas e Lutas Camponesas - MLLC como uma “identidade em política”, na perspectiva do semiólogo argentino Walter Mignolo. Localizado na comunidade tradicional rural Barras de Antas, no município de Sapé/PB, o MLLC tem como foco preservar a memória do movimento social das Ligas Camponesas, abarcando as lutas contemporâneas dos povos dos campos e as suas ressignificações na atualidade. Defende-se que a assunção do “ser camponês” como classe social e uma identidade politicamente demarcada reveste-se como um projeto ético-político na musealização das memórias coletivas dos povos do campo, impulsionando a sua luta por justiça social e contrapondo-se ao desenvolvimento predatório do latifúndio monocultor.

Palavras-chave

Ligas camponesas; campesinato; museologia social; identidade.

Abstract

Based on a research that is involved and committed to subalternized groups, this article presents a reflection on how “being a peasant” is managed by the Memorial das Ligas e Lutas Camponesas - MLLC (Memorial of Struggles and Peasant Leagues) as an “identity in politics”, from the perspective of Argentine semiologist Walter Mignolo. Located in the traditional rural community of Barras de Antas, in the municipality of Sapé/PB, the MLLC focuses on preserving the memory of the social movement of the Peasant Leagues, encompassing the contemporary struggles of rural people and their resignifications in the present day. It is argued that the assumption of “being a peasant” as a social class and a politically demarcated identity is an ethical-political project in the musealization of the collective memories of rural people, boosting their struggle for social justice and opposing the predatory development of monoculture latifundia.

Keywords

Peasant leagues; peasantry; social museology; identity.

Introdução

No decorrer dos meus trabalhos como pesquisador e colaborador no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), me intrigou o fato de como o “ser camponês” é apropriado de diferentes formas e em diferentes contextos pelas pessoas que atuam nesse museu e também por aquelas que vivem na comunidade onde ele está localizado. Tal fato me fez refletir como o “ser camponês” é agenciado institucionalmente pelo Memorial como uma “identidade em política”, na perspectiva do semiólogo argentino Walter Mignolo (2008), e, ao mesmo tempo, como essa identidade é relacionada com o reconhecimento

¹ Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do campo dos museus, patrimônio cultural e educação, com atuação no Instituto Brasileiro de Museus. Contato: atilabt@gmail.com.

Ser Camponês:

agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

da tradicionalidade da comunidade nas suas lutas por justiça social, ainda que outras identidades, como a de agricultor, sombreiam o “ser camponês”.

Atualmente, a sede do MLLC está instalada na casa onde viveram os líderes camponeses Elizabeth e João Pedro Teixeira com seus filhos², na comunidade tradicional rural de Barra de Antas, no município de Sapé, localizado no interior da Paraíba (Imagem 1). João Pedro Teixeira foi o fundador da Liga Camponesa de Sapé, tendo sido assassinado em 1962, numa emboscada organizada por usineiros do Grupo da Várzea paraibana, contrários às ações subversivas e reivindicatórias do líder camponês.

Imagem 1: Sede do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas



Foto do autor, 2025.

O MLLC é um museu comunitário, criado oficialmente no ano de 2006, mas que já vinha sendo germinado em anos anteriores por movimentos e grupos sociais ligados à luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), camponeses de assentamentos e de comunidades da região, entre outros. Em sua gênese, foi criado como o Memorial João Pedro Teixeira (MJPT), posteriormente mudou de nome para Memorial das Ligas Camponesas (MLC) e, finalmente, identifica-se como Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Ou seja, a instituição nasce com a finalidade de preservar a memória do principal líder camponês da região de Barra de Antas, mas, no seu processo de atuação, compreendeu-se que o movimento social das Ligas Camponesas não poderia ser personalizado em um único ator. Em seguida, o acréscimo da palavra “Lutas” ao nome do Memorial procurou abarcar as lutas contemporâneas dos povos dos campos e as ressignificações que são dadas, na atualidade, ao movimento social. As alterações no nome, portanto, não representam apenas a mudança do escopo do Memorial, mas também demonstram que os museus são sócio-historicamente determinados pelas pessoas que os constroem e reconstróem a todo momento (Santos, 2008) na constante disputa em torno da conformação das memórias coletivas.

2 A história de João Pedro e Elizabeth Teixeira foi documentada no emblemático filme *Cabra Marcado pra Morrer* (1984), do cineasta Eduardo Coutinho. O cineasta começou a documentar a história de João Pedro Teixeira no início de 1964, mas as filmagens foram interrompidas por conta das perseguições da ditadura militar instaurada no país, sendo retomadas apenas 17 anos depois. Esse documentário foi extremamente importante para potencializar a voz de Elizabeth Teixeira e a memória do movimento das Ligas Camponesas, reprimida pela ditadura. O filme está disponível no Youtube, no link <https://www.youtube.com/watch?v=DAPs2Jw6R3k&t=72s>.

De antemão, é necessário ressaltar que as Ligas Camponesas se constituem como um dos movimentos sociais mais representativos de meados do século XX no Brasil, por sua força, persistência e pelos embates travados na luta pela reforma agrária e direto à terra para camponeses e camponesas, na contra-mão de uma agricultura predatória centrada no poder de uma elite latifundiária monocultora. São também um movimento nacionalmente conhecido em função da sua forma de organização expressa na resistência desses camponeses e camponesas, cujas trajetórias de vida são marcadas por um sistema de exploração, perseguição e estigmatização, mas que se sobressaem como protagonistas de um denso legado de luta por cidadania, pelos direitos sociais básicos e pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (Moraes, 2006). Originalmente, as Ligas Camponesas surgiram no estado de Pernambuco, a partir da experiência do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, quando um grupo de camponeses constituiu uma sociedade beneficente com a finalidade de auxílio mútuo, resistência às intimidações e explorações por que passavam e reivindicação de direitos. O movimento expandiu-se para outros estados, sobretudo no Nordeste brasileiro, e a região de Sapé/PB é apontada como o local onde se constituiu a maior liga em todo o país (Andrade, 1963).

O “ser camponês”, como uma afirmação identitária, estava no cerne desse movimento, mas é preciso compreender as dinâmicas e disputas em torno dessa identidade e como ela tem se reverberado na atualidade em grupos sociais que seguem na luta por direito à terra para trabalhar e por reforma agrária. A atuação do MLLC nos serve como um extrato de como o “ser camponês” é agenciado e como tem se intensificado como uma “identidade em política” na defesa dos direitos sociais básicos da comunidade tradicional rural de Barra de Antas.

A distinção entre “política de identidade” e “identidade em política” é um dos eixos centrais da argumentação de Walter Dignolo (2008) ao defender a opção descolonial como um caminho possível para desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista³. O semiólogo argentino reconhece que, quando nos referimos a “políticas de identidade”, as identidades são aspectos essenciais dos indivíduos, mas o surgimento de posições fundamentalistas e de ações de intolerância é sempre um perigo, eis que as políticas identitárias permeiam todos os espectros de identidades sociais. Além disso, a política identitária dominante não se manifesta como tal, ela está por trás de conceitos universais abstratos, pretensamente naturais. Assim, o ser branco, patriarcal e heteronormativo é a principal característica do controle de uma política de identidade que denota identidades similares ou opostas como fundamentalistas ou essencialistas. Índios, negros, América Latina são exemplos de identidades racializadas construídas pelos discursos europeus modernos imperiais nos processos de colonização e de colonialidade.

Por sua vez, a “identidade em política”, para Dignolo, é a única maneira de pensar descolonialmente e pensar politicamente em termos de projetos de descolonização, fugindo da razão imperial moderna eurocentrada e não permanecendo na política imperial de identidades. A razão imperial conforma identi-

3 Reporto-me, sobretudo, ao seu artigo intitulado “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política” (2008). Nesse texto, além da afirmação da identidade em política, Dignolo conclama a desobediência epistêmica como uma ação necessária para nos libertarmos da naturalização e da hegemonia dos conceitos modernos e eurocentrados, pretensamente “uni-versais”, enraizados em categorias e formas de pensar fundamentadas no grego e no latim, bem como nas línguas europeias e imperiais da modernidade. A desobediência epistêmica não quer dizer o abandono ao conhecimento ocidental construído e sistematizado, mas o reconhecimento da coexistência de outras epistemologias e formas de ser e estar no mundo “pluri-versais” e não “uni-versais”.

Ser Camponês:

agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

dades superiores ao construir identidades inferiores racializadas, nacionais, sexuais e de gênero. Mas o pensamento descolonial, reconhece Mignolo,

vive nas mentes e corpos de indígenas, bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais direta, bem como por instituições republicanas controladas pela população crioula dos descendentes europeus, alimentaram uma mudança na geo – e na política de Estado de conhecimento. (Mignolo, 2008: 291).

Hoje, explica ainda Mignolo, a opção descolonial opera pelo mundo diariamente na civilização capitalista neoliberal, por meio de diferentes estratégias e distintos atores e organizações sociais: “Projetos de Não-desenvolvimento, como os projetos para a reprodução da vida e não para a reprodução da morte (como Via Campesina, o Fórum Mundial de Pescadores, Amigos Internacionais da Terra, as Nações de Indígenas do Equador, etc) estão ganhando terreno” (Mignolo, 2008: 296).

Nesse caminho, considero o “ser camponês”, assumido enquanto identidade em política, estruturante no trabalho do MLLC, como uma forma de contraposição às lógicas que perpetuam as matrizes de poder da colonialidade na questão agrária brasileira. A análise aqui apresentada que sustenta essa afirmativa é um resultado parcial da minha pesquisa de doutorado realizado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Para tanto, empreendi um estudo de campo para além de um observador-participante (White, 2005). A pesquisa se configurou de forma colaborativa e implicada (Veinguer, Sebastiani, 2019), na esteira da “sociologia pública” (Perlatto, Maia, 2012) comprometida e articulada com públicos subalternizados.

No caminhar da pesquisa, destaco três ações importantes que me permitiram desenvolvê-la e analisar sociologicamente o agenciamento do “ser camponês” como uma identidade em política pelo MLLC, no processo de musealização das memórias coletivas de camponeses e nas lutas por justiça social: a) o envolvimento, de forma implicada e comprometida, com o trabalho do Memorial e com sua equipe, auxiliando a elaboração do plano museológico da instituição; b) o planejamento, organização e montagem da exposição temporária “Barra de Antas: terra onde luto e danço”; e c) as entrevistas e conversas com a equipe do Memorial e com outros moradores locais da comunidade tradicional rural de Barra de Antas.

Nesses momentos, pude observar o trabalho da equipe do MLLC no seu dia a dia, fazer pesquisas no seu arquivo institucional, como também a realização de entrevistas ou conversas, a depender do seu contexto, por meio de um roteiro semi-estruturado. De uma forma ampla, essas escutas tiveram como finalidade procurar compreender como a construção e musealização das memórias coletivas desses camponeses, com seus conflitos, disputas e heterogeneidades, é utilizada como ferramenta política em suas lutas sociais e como um enfrentamento à lógica da colonialidade. A análise aqui apresentada, como já apontado, é um extrato dessa pesquisa mais ampla, mas que destaca, como um importante fenômeno observado, o agenciamento do “ser camponês” como uma identidade em política na atuação do MLLC⁴. Esse agenciamento será apresentado sob três aspectos: a) como se expressa no principal documento institucional do Memorial, ou seja, o seu plano museológico; b) sob a perspectiva da equipe

4 A tese, intitulada “A ferida colonial, os museus e as lutas no campo: insurgências e práticas decoloniais no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas”, está disponível no repositório da Universidade Federal da Paraíba, no link https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32931?locale=pt_BR.

do Memorial; e c) como se constitui na exposição temporária “Barra de Antas: terra onde luto e danço”.

A identidade camponesa: discurso institucional no MLLC

Há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. (Shanin, 2005: 1)

Teodor Shanin, professor da Escola de Ciências Sociais e Econômicas de Moscou, é autor de um clássico estudo, embasado em teorias marxistas, que discorre sobre a definição de camponês (Shanin, 2005)⁵, desde seu caráter mítico, perpassando por generalizações e modismos, mas sobretudo refletindo até que ponto essa categoria pode ser compreendida como um modo de produção, uma economia ou uma classe.

No Brasil, desde quando a “questão rural” tornou-se um fenômeno social de importância nas Ciências Sociais, a preocupação com a definição de camponês como uma categoria sociológica, com a sua diversidade constitutiva e entendimentos diversos, também esteve no centro do debate, a exemplo dos estudos de Caio Prado Júnior (2002) e de Otávio Velho (1969).

Não cabe aqui procurar rediscutir as distintas definições que o termo camponês recebeu como uma categoria teórica sociológica, mas como, a partir de algumas acepções, ela tem sido reapropriada, na atualidade, pelos agentes sociais que estão à frente do MLLC como uma identidade em política na conformação de suas memórias coletivas e nas suas lutas cotidianas por justiça social aos povos do campo. Nesse sentido, busca-se compreender como esse grupo social agencia essa identidade em política a partir da consciência do camponês como uma classe específica, agindo diretamente na ação política de seus membros. No citado estudo de Shanin, ele anuncia que

Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivações e deduções, em exércitos e atores; e, simultaneamente, admitiu-se, cada vez mais, a autonomia analítica relativa da classe com relação ao(s) modo(s) e/ou sociedade a que se vincula. Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo “dentro de um país capitalista” (Shanin, 2005: 15).

No Brasil, o lugar social do camponês como um agente político e como uma classe social politicamente organizada tomou corpo e força na constituição das Ligas Camponesas, que conseguiram aglutinar uma diversidade de atores sociais subalternizados do campo⁶ numa identidade específica e na luta por interesses comuns, contra um sistema de opressões que perpetuava violências físicas e simbólicas aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Isso fez, como aponta o pesquisador paraibano Victor Gadelha Pessoa, com que as correlações de forças no campo fossem fissuradas, incomodando os grandes latifundiários, num mundo rural cada vez mais inserido numa lógica capitalista:

5 O texto de Shanin a que me reporto é uma tradução em português feita por Cynthia Sarti e Wand Brant, em 2005. O original, em inglês, tem como título *Defining Peasants: conceptualisations and de-conceptualisations: old and new in a marxist debate*, publicado na Revista *The Sociological Review*, em 1982.

6 Das formas de ocupação precária da terra, a vasta literatura dos estudos em Sociologia rural aponta inúmeras expressões que são utilizadas para categorizar o camponês: foreiro, morador, colono, agregado, parceiro, corumba, meeiro, entre outras. A categorização vai depender da localidade geográfica, da forma de ocupação, do “contrato” de trabalho e da relação que o camponês mantém com o proprietário da terra.

Desta forma, destacamos que as Ligas Camponesas, enquanto movimento social organizado, alterou significativamente a cultura política daqueles que se convertiam em membros do movimento, fazendo-os mais conscientes e politizados. Organizados em Ligas, continuaram os trabalhadores sendo o elo mais franco na relação de trabalho com o seu patrão, evidentemente, entretanto passaram a dispor de mais força para fazer valer seus direitos ou interesses. Assim, o efeito das Ligas Camponesas foi o de alterar a correlação de forças sociais no campo, considerando a formação de uma nova cultura política entre os “líguistas”, forjada entre a moral e valores do homem do campo com a cultura comunista/socialista. O próprio termo *camponês* passou a indicar a manifestação dessa nova cultural política. (Pessoa, 2015: 42)

O advogado Francisco Julião, como ferrenho defensor dos povos do campo nos parlamentos pernambucano e federal, relembra como a palavra “camponês” consagrou-se ideológica e politicamente demarcada, chegando a atrair a ira e o mal-estar entre os deputados da Assembleia Legislativa de Pernambuco ao ser pronunciada em seus discursos. Em resposta ao apelo de uma parlamentar para que substituísse o termo “camponês” em seus discursos pelo seu pretense sinônimo “rurícola”, assim argumentou Julião: “Se a palavra camponês causa tanto mal-estar aos ouvidos desses senhores da terra, isso é um bom sinal. É que ela já encerra um conteúdo político. Serve para definir uma linha, uma conduta, uma posição” (Julião, 2013: 95). Em outras palavras, e comparando ao incômodo que o termo “abolição” também surtia no período das lutas abolicionistas, Julião explana, numa linguagem apaixonada e efusiva, típica de suas falas e escritos:

A palavra *camponês*, que dá nome à camada mais numerosa e mais importante dos que vivem diretamente unidos à terra, apesar da sua pureza, da sua derivação simples – campo, camponês – não se pronunciava, a não ser entre os marxistas e progressistas, nem se escrevia, exceto nos jornais e revistas de esquerda. A grande imprensa, a “imprensa sadia” não a registrava, nem era articulada nas altas rodas, nos conclaves sobre agricultura, nas assembleias de deputados e senadores, e, sobretudo, entre os grandes senhores de terra ou no recinto de suas associações. Proscrita, como fora, outrora, a palavra *abolição*, que vale a Joaquim Nabuco, o monarquista liberal apaixonado pela causa do escravo negro, os epítetos mais duros e ofensivos. Quem a pronunciasse ou a escrevesse, caía no índice, atraindo a ira dos poderosos, dos donos do País, do latifúndio sem fim, e o desprezo dos seus sequazes, corifeus, escribas e intransigentes defensores. (Julião, 2013: 93-94, grifos originais).

Ao mesmo tempo que a palavra “camponês” ganhava seus contornos político-ideológicos, o seu oposto também se constituía, ou seja, “latifundiário”, de modo a designar tanto os grandes proprietários e concentradores de terra, como aquele trabalhador rural que não se engajava na luta:

Vingara, finalmente, sem se deformar, sem nunca perder seu significado político, o seu conteúdo ideológico, de tal forma que os próprios camponeses, para definir um deles como companheiro leal e corajoso diante do outro, vacilante, chamava o primeiro de “camponês” e o segundo de “latifundiário”. Assim, a palavra latifundiário também adquiriu o seu substrato ideológico, significando não apenas o senhor de vastos domínios, mas o minifundiário e o camponês sem terra que atraía os companheiros ou se retraía, evitando a Liga. Em certo momento, até mesmo o latifundiário não queria mais ser apelidado com esse nome (Julião, 2013: 96).

A união dos camponeses numa classe conscientemente organizada e numa identidade pretensamente unificada durante a formação das Ligas Camponesas tem uma outra explicação, na visão da pesquisadora Elide Rugai Bastos (1984). Para ela, a organização dos camponeses se deu por conta de duas motivações básicas: a consciência de privação e a consciência de desigualdade, marcadas pela insuficiência econômico-social coletiva, transfigurando a luta pela terra em luta pela alteração das condições vigentes, que inibiam o camponês a ter acesso aos seus direitos por cidadania. “Terra” e “Vida”, em oposição à “Expulsão” e “Morte”, são o que mobilizam a organização desse grupo social:

Há em sua definição da própria identidade, uma nítida percepção da privação, que se conscientiza a nível econômico. Assim, as primeiras ações coletivas em nome da associação traduzem tal percepção: a criação de um fundo para aquisição de caixões de defunto e para auxílio daqueles que não podem pagar a renda da terra. Em última análise, esses objetivos simbolizam as duas consequências da situação: a expulsão e a morte. São o símbolo da privação de seu espaço de liberdade: a terra e a vida. É essa privação que lhe confere a consciência de pertinência a um grupo e o que o leva a buscar a solução de autodefesa. (Bastos, 1984: 33)

Ao refletir sobre a “utopia” camponesa, o sociólogo Otávio Ianni (1986) é ainda mais incisivo ao afirmar que a radicalidade do caráter revolucionário do camponês reside na necessidade desesperada de defender suas condições de vida e trabalho, que lhe confere um sentido de comunidade: “A comunidade camponesa é o universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser camponês, a singularidade do seu movimento social. E é precisamente aí que está a sua força (Ianni, 1986: 143).

Essa utopia do ser camponês e sua consciência como uma classe socialmente organizada são tomadas como premissas na atuação do MLLC, na constituição da sua identidade em política, como explicitado na missão, nos eixos estratégicos, na visão e nos valores expressos no plano museológico da instituição:

MISSÃO – O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas tem como missão contribuir com a afirmação da **identidade do povo camponês**, promovendo a preservação da memória e história das Ligas e Lutas camponesas brasileiras, articulações nacionais e internacionais; ações culturais, formação em Educação Popular, Direitos Humanos e agroecologia na Paraíba. (...)

EIXOS ESTRATÉGICOS (...)

IV – Desenvolver atividades de resgate cultural que contribuam com a afirmação da **identidade camponesa** e as relações sociais e intergeracionais nas comunidades. (...)

VISÃO - Ser um Memorial que busque um mundo onde a terra seja um bem comum sagrado com direitos efetivados, equidade e esperança para **mulheres e homens do campo**.

VALORES

- **Identidade camponesa**: para nós é ter consciência de classe, clareza da nossa história, lugar e projeto de sociedade; (...)

- **Valorização do território**: para nós o melhor lugar para o povo camponês é o seu território. Somos comprometidos com a permanência da família camponesa no seu local; (...)

- **Honrar a memória e história dos/as mártires e lutadores/as do povo**: Somos comprometidos com a fidelidade ao projeto de sociedade e vivido na radicalidade pelos homens e mulheres que doaram e dedicaram suas vidas na esperança de um mundo justo; (Lima et al, 2023: 24 – grifos acrescentados).

Ser Camponês:

agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

O plano museológico é uma ferramenta de planejamento estratégico, instituído pela Lei nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus), que tem por finalidade organizar e sistematizar o trabalho das instituições museológicas, devendo ser elaborado de forma participativa, com o envolvimento dos trabalhadores dos museus, além de pessoas das comunidades onde a instituição atua e de demais colaboradores, parceiros e interessados.

A elaboração do plano museológico do MLLC levou em consideração o planejamento estratégico inicial que a instituição realizou entre os anos de 2019/2020. Nesse planejamento estratégico inicial, do qual participaram representantes da Rede de Educadores Cidadã (Recid), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de associações de assentamentos da Reforma Agrária da região, foram traçadas as prioridades, demandas, desafios e as oportunidades da instituição (Lima et al, 2023), estando constantemente em pauta o ser camponês como um aspecto identitário e politicamente demarcado nas lutas dos povos do campo.

Conforme disposto no Estatuto dos Museus, o plano museológico é constituído de diferentes programas, de modo a abranger toda a atuação do museu, a exemplo dos programas institucional, de exposições, educativo e cultural, arquitetônico, gestão de acervos, entre outros. Alguns programas levam em consideração a realidade específica do museu. No caso do MLLC, para além dos programas previstos no Estatuto dos Museus, foram criados o Programa de Agroecologia e o de Justiça e Reparação, que têm estreita relação com a sua missão e valores, relacionados às lutas e demandas sociais dos camponeses.

Ressalta-se que a missão, a visão, eixos estratégicos e valores foram um aspecto fundamental para a elaboração de um plano museológico, pois são eles que constituem o norteamento para a elaboração dos programas. Nessas premissas iniciais que estruturam o plano museológico, o “ser camponês” como uma identidade é explicitado e politicamente demarcado, conclamando a reapropriação de diferentes categorias de trabalhadores do campo num grupo social específico.

A identidade em política é conformada na medida em que o “povo camponês”, “as famílias camponesas”, “as mulheres e homens do campo” ou “lutadores e lutadoras do campo” tenham “consciência de classe, clareza da nossa história, lugar e projeto de sociedade”. Da mesma forma, importa que esses grupos sociais compreendam a “terra como um bem comum” e que as lutas dos camponeses tenham como referência o seu território, visando a permanência dos trabalhadores do campo em seus lugares de sociabilidade, onde residem e convivem com a terra.

Apropriação social do ser camponês: o que diz a equipe do MLLC

Além desse documento institucional, o reconhecer-se camponês é exaltado na fala e nas manifestações de parte da equipe do Memorial, a exemplo do que demonstram Alane Lima, presidenta do Memorial, e Weverton Rodrigues, historiador e educador da instituição. Em uma de nossas conversas, quando perguntados como se reconheciam, enquanto trabalhadores e atuantes do campo, assim expuseram:

Depois dessa luta toda, sempre gosto de me apresentar como camponesa, filha de assentados da reforma agrária, moro em área de assentamento e nos tempos que eu posso, sempre dedico pra plantar alguma coisa, por acreditar inclusive que a transformação vem da nossa relação com a terra. Eu nasci num espaço onde todos meus

familiares tiveram uma correlação direta com uma comunidade, conhecida hoje como comunidade tradicional. Pra eu poder chegar no assentamento teve toda uma correlação, uma participação deles.

(...) Se a gente, enquanto Memorial, discute o tempo todo sobre a identidade camponesa e sobre a classe camponesa, a gente não discute o contexto onde as famílias não têm a sua soberania, soberania alimentar, soberania hídrica, soberania produtiva, e não discutir essa relação delas com o ambiente onde a gente está envolvido, desde o contexto produtivo até os envolvimento nos espaços educativos e políticos, em algum momento vai falhar. Porque se a gente não tiver tudo conectado, porque tudo depende da questão da definição política da família e do contexto social em que ela está inserida (Alane Lima, conversa em 17/04/2023).

Eu sou camponês, meus pais são assentados da reforma agrária. E eu venho dessa origem, minha família é de origem ribeirinha, meus avós são pescadores. ... Eu sou camponês sim. Passei minha vida em assentamento em área da reforma agrária. E hoje não por acaso ainda continuo morando em assentamento da reforma agrária. E a gente diz que é camponês não por acaso... O camponês não necessariamente precisa trabalhar na terra hoje em dia. Existe toda uma cultura, mas essa identidade não se remete somente a isso. Ao mesmo tempo que eu posso trabalhar na terra, eu posso ser professor, posso ser juiz, posso ser doutor, posso ser o que eu quiser ser, mas sem perder essa corrente, essa origem, essa conexão de classe e de identidade também, que é o campesinato, o ser camponês. O que é algo até hoje muito negado, principalmente aqui na Paraíba. (Weverton Rodrigues, conversa em 23/03/2023)

Alane e Weverton reforçam a marcação identitária e ideológica do ser camponês, que se constitui a partir dos seus feixes de relações e da herança cultural que receberam de suas famílias. Alane ressalta a afirmação da identidade camponesa enquanto classe e a conscientização do papel social do camponês em seu meio e no seu território. Por sua vez, Weverton discorre sobre as transformações do lugar e do papel do camponês dentro da estrutura social, que, ao longo do tempo, tem assumido outras funções e identidades na sociedade, mas sem perder a sua “utopia” e a sua marca identitária como uma classe constituída.

Fala semelhante ouvi de Cosmo Galdino, então pedagogo do Memorial no período em que eu estava fazendo a pesquisa de campo, embora ele se assumia como “agricultor”:

No meu entender, eu sei que a nomenclatura traz conceitos, mas a nomenclatura também deve ser perguntada a quem está usando ela. Porque muitas vezes é a minha identificação, o que eu entendo em ser agricultor. Então eu entendo ser agricultor e eu digo que minha formação inicial é essa, porque meus pais eram. E não é por conta da formação acadêmica que eu consegui obter que eu vou dizer eu sou só pedagogo. Não, eu sou agricultor porque eu gosto de trabalhar com a terra, eu gosto de estar na terra, de fazer as minhas atividades. Eu sempre olho para as minhas mãos com os meus calos e não vejo nenhum desmerecimento, em ter uma formação de nível superior e ir pra roça trabalhar. Na verdade, eu sei que é a partir daquele trabalho que eu desenvolvo ali, infelizmente que não é valorizado, que é pouquíssimo visto pelas políticas públicas, mas que traz o sustento tanto para o campo como para a cidade. Ai falo de mim não só enquanto pessoa, mas também enquanto a classe que represento. É nesse contexto que eu penso que ser agricultor para mim é minha primeira profissão. (Cosmo Galdino, conversa em 01/02/2023).

Ser Camponês:

agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

Assumir-se camponês, como o fizeram Alane e Weverton, ou optar por ser reconhecido como agricultor, a exemplo de Cosmo, nos dão indícios de que o conteúdo semântico das palavras, aliado a uma afirmação política, é apropriado de diferentes formas entre as pessoas que vivem ou trabalham no campo, inclusive considerando que estamos tratando de profissionais que atuam ativamente no Memorial. Nos servem também para refletir como as palavras podem ser agenciadas politicamente ou encobrir conflitos justamente na tentativa do esvaziamento político do termo ou das lutas sociais. O filósofo quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023) faz uso de uma boa comparação sobre a “guerra de denominações” na sociedade colonialista em que explica que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Como no processo de adestramento, o colonizador começa por “desterritorializar o ente atacado, quebrando-lhe a identidade” e “colocando-lhe outro nome”, pois “o processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta” (Santos, 2023: 12).

Para Alane e Weverton, reforçar suas identidades como camponeses é uma forma de opor-se a esse adestramento colonialista, pois o uso do termo “agricultor” (ou rurícola, como outrora sugeriram a Francisco Julião) intenciona neutralizar uma luta política e silenciar as memórias coletivas a ela atreladas. Memórias essas que são incômodas a grupos político-economicamente hegemônicos e a uma elite agrária que historicamente perpetua seus privilégios por meio do uso da violência ou do aparato político-estatal, com benesses concedidas em programas governamentais voltados para o desenvolvimento do campo, que seguem uma lógica mercadológica e neoliberal. Assim, Weverton explicita sua ideia na continuidade de sua fala:

[Ser chamado de agricultor] não por acaso, foi uma estratégia usada para o apagamento. Na década de 1960 a gente estava discutindo os lavradores, depois vêm os agricultores. Tem toda uma conexão histórica pra dizer por que que a gente se reconhece como agricultores. (Weverton Rodrigues, conversa em 23/03/2023).

Em sentido semelhante, a socióloga Maria de Nazareth B. Wanderley explica que a palavra “camponês”, por carregar um forte conteúdo político e estar associado ao movimento camponês nas décadas de 1950 e 1960, considerado subversivo pelos governos militares, foi duramente perseguido e outras denominações passaram a fazer parte do universo dos povos do campo e de programas de governo, numa tentativa de neutralizar e escamotear os conflitos:

A busca por uma expressão politicamente mais “neutra” levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como “pequenos agricultores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo (Wanderley, 2014: 30).

Nas conversas que tive com outros profissionais do MLLC, Ozenildo da Silva e Gilmar da Silva, responsáveis pela zeladoria e cuidados com o roçado coletivo no entorno do Memorial, eles se apresentaram ou se reconheceram como agricultores, como podemos observar nos trechos a seguir. Também destacaram que esse é um ofício tradicionalmente aprendido como uma herança familiar, o que, de uma certa forma, é motivo de orgulho e um fator que faz com que gostem e se identifiquem com a lida com a terra, apesar das condições precarizadas de trabalho:

Sempre mexi com agricultura. Desde os 12 anos que mexo com agricultura. Sou agricultor. Meus pais também são. Tenho uns irmãos também agricultor, que fazem parte também do roçado coletivo. (Ozenildo Ramos da Silva, conversa em 28/02/23).

Meus pais sempre foram agricultores, até a morte. Então eu continuei o ramo dos meus pais, continuo e me considero até hoje. E continuo trabalhando ainda até o dia que eu puder trabalhar, eu tô trabalhando. Meu pai me colocou pra trabalhar na roça com uns 15 anos, ele me colocou pra trabalhar junto com ele. E foi no momento que eu fui aprendendo trabalhar e até hoje vivo da agricultura... Meus pais não me forçou muito a estudar, eu fui na escola, muito mal aprendi meu nome e continuo na agricultura. (Gilmar Estêvão da Silva, conversa em 28/02/23).

Instigados a relacionar o agricultor ao camponês ou questionados se também se reconheciam como camponeses, as reações foram diversas. Enquanto um afirmou não haver diferença ou distinção entre os termos, o outro relacionou os camponeses às Ligas Camponesas ou ao engajamento nas lutas pelos direitos dos povos do campo, reconhecendo-se inserido nesse processo, ainda que timidamente:

Meus pais diziam mais que eram agricultor. E eu também. Eu acho que não tem não [diferença entre agricultor e camponês]. Porque agricultor e esse outro que você falou aí são a mesma coisa, porque o camponês não é o agricultor que precisa da terra pra tirar os alimentos? Pra mim, é o mesmo. (Ozenildo Ramos da Silva, conversa em 28/02/23)

Meus pais nunca chegou a conversar comigo a respeito das ligas, de camponês, né. Nunca porque no tempo eu era novo, 16 a 17 anos, e a gente nunca parou pra conversar essas coisas. Mas hoje, no meu conhecimento, eu me considero um camponês, né. Porque sempre eu comecei na agricultura, e me considero camponês até o fim, na minha morte. (Gilmar Estêvão da Silva, conversa em 28/02/23)

Uma fala mais contundente em relacionar o ser camponês com a luta dos povos do campo, distinguindo-o do ser agricultor, formando uma identidade em política na acepção de W. Mignolo, ouvi de Josilene Oliveira, então pedagoga e secretária do Memorial. De maneira parecida com Alane Lima e Weverton Rodrigues, o contexto de suas formações no campo e o engajamento na luta pela reforma agrária foram fundamentais para o seu reconhecimento como camponesa de uma forma ideologicamente demarcada, enquanto sujeitos de direito e afirmação política da classe camponesa:

Eu sempre me apresentei como agricultora porque era a formação que eu tinha, a formação dentro de casa mesmo, porque meus pais não tinham essa concepção. Eu sempre me apresentei onde chegava: "Qual é a sua profissão? Agricultora". Morava no campo, então já era considerada agricultora. Depois que houve o despertar a partir da luta, da luta que a gente teve no acampamento, que meus pais entraram desde o início, em 1997, eu fui inserida depois do ano 2000, no acampamento. Aí passei por formação, tive a graduação em educação do campo, que eu fui despertar e hoje eu me identifico como camponesa. Porque não é só você viver no campo, tem toda uma relação com a terra, tem toda essa vivência... Eu me sinto hoje camponesa porque a gente tem essa relação, vive no campo, mora no campo, mas tem toda essa relação com a terra, com a saúde, com os alimentos, o cuidado com a água... Eu me identifico hoje como camponesa e meus pais também. Antes eles não tinham essa concepção, mas foi depois dessa formação que a gente veio ter esse entendimento. Hoje tenho muito orgulho disso. Hoje eu sou camponesa e filha de camponeses. E moro na comunidade tradicional de Barra de Antas. (Josilene da Silva Oliveira, conversa em 7/03/23).

Ser Camponês:

agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

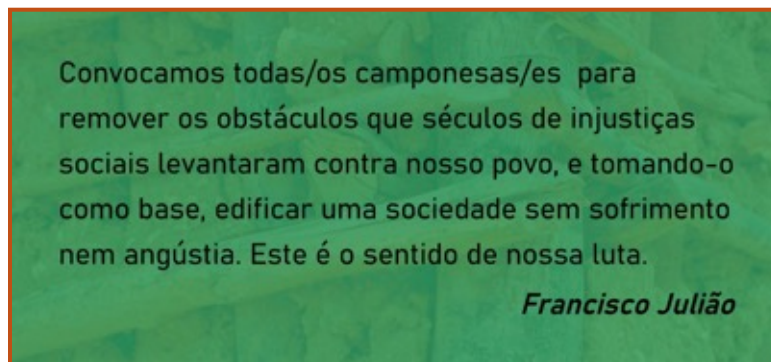
A luta de que fala Josilene, onde teve seu “despertar” reconhecendo-se como camponesa, refere-se ao conflito que envolve a desapropriação da Fazenda Antas para fins de reforma agrária, localizada nas proximidades da comunidade, e que, ainda hoje, após mais de duas décadas, não foi solucionado por conta dos entraves judiciais e políticos por que passou o litígio ao longo do tempo. A sua fala ainda exprime que, além da luta em si, o ser camponês é também um modo de vida específico, de estar no mundo e relacionar-se com a terra, para além de viver e morar no campo. Tem toda uma “relação com a terra, com a saúde, com os alimentos, com o cuidado com a água”. Em vez de identificar-se com o “desenvolvimento” capitalista moderno, sua fala vai a encontro das ideias de “envolvimento” e “biointeração” propostas Bispo dos Santos (2023), ao vivermos em “confluência” na terra entre todos os seus compartilhantes.

A identidade camponesa na exposição “Barra de Antas: terra onde luto e danço”

A apropriação do ser camponês como uma identidade em política, como se observa, não é homogênea e por vezes contraditória, até mesmo considerando as pessoas que atuam diretamente no Memorial. Isso não impede que ela seja reforçada e assumida nas ações desenvolvidas, como uma forma de revalorizar e ressignificar a identidade camponesa como uma categoria social que se contrapõe à lógica desenvolvimentista capitalista capitaneada pelo agronegócio. Como constata Maria de Nazareth B. Wanderley (2014: 31), “grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam, em todas as regiões, com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares, considerando-os portadores de uma experiência camponesa”, ainda que esses grupos não sejam homogêneos e constituam uma diversidade de situações concretas e com distintas relações com o movimento social das Ligas Camponesas.

Aliada à identidade camponesa, outra categoria social atualmente assumida nos trabalhos do Memorial que reforça uma identidade em política nas lutas atuais dos povos do campo é o uso do reconhecimento da tradicionalidade da comunidade de Barra de Antas. Esse reconhecimento, conferido por diferentes instâncias do poder público, tem sido utilizado como uma ferramenta de mobilização social da comunidade, estimulada pelo Memorial, nas suas lutas pelo e no território, como se observa, sobretudo, a exposição temporária “Barra de Antas: terra onde luto e danço”, aberta ao público entre os anos 2022 e 2024. O seu circuito expositivo demonstra que o ser camponês, como uma identidade em política, é marca das lutas pelo direito à terra e dignidade aos povos do campo, reatualizada e ressignificada à luz dos novos anseios, conflitos agrários e contextos históricos dos camponeses e camponesas que vivem nas comunidades no entorno do Memorial.

Imagens 2 a 5: Painéis expositivos das exposições de longa e curta duração do MLLC, que destacam a identidade camponesa, 2022.



Acervo do MLLC, arte de Daniella Lira

Essa exposição temporária foi concebida, planejada e montada por meio de uma curadoria coletiva, envolvendo a equipe do Memorial e os colaboradores que vinham atuando na elaboração do plano museológico. Seu planejamento e execução se deram entre o segundo semestre de 2021 e início de 2022. Para dar visibilidade à comunidade reconhecidamente tradicional e à luta por sua

Ser Camponês:

agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

permanência no território⁷, a exposição teve como finalidade mostrar as referências culturais locais, bem como as suas lutas por direito de acesso à terra, à justiça social e dignidade, tendo como referência também as lutas camponesas do passado, ou seja, a herança das Ligas Camponesas.

Para a produção dos conteúdos da exposição, foi realizada pesquisa histórica, conversas com moradores locais e um inventário de referências culturais locais, tendo as pessoas da comunidade como principais protagonistas na apropriação das suas memórias coletivas. É necessário lembrar que a equipe do Memorial também faz parte da comunidade de Barra de Antas ou de assentamentos vizinhos, portanto vivencia o território no seu dia a dia. Assim, a concepção dessa exposição, para eles, não se trata de apresentar as referências culturais, memórias coletivas e demandas de um outro grupo social alheio, mas são registros em primeira pessoa, apropriados socialmente no grupo em que estão inseridos, mesmo com sua diversidade e conflitos internos.

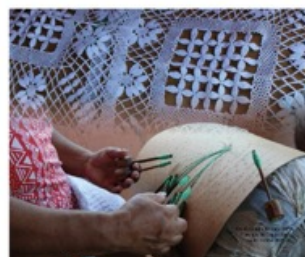
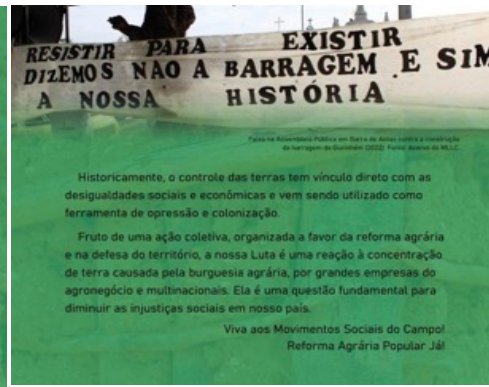
A partir de painéis expositivos, a exposição foi dividida em 3 blocos principais: a) apresentação da comunidade tradicional Barra de Antas e suas referências culturais, com foco nas pessoas, em elementos materiais da comunidade, nos saberes e fazeres, nas manifestações e no território; b) breve histórico das Ligas Camponesas, conectando-as com as lutas pela e na terra atualmente na comunidade de Barra de Antas; c) apresentação do processo de elaboração do plano museológico, com os resultados até então já concluídos, e incentivando a população local a se apropriar desse trabalho.

Além de imagens históricas, os painéis são carregados de fotos de pessoas e suas referências culturais no território da comunidade, produzidas durante a pesquisa. Também foram reproduzidas algumas falas de moradores locais e trechos do cordel escrito por Cosmo Galdino, da equipe do Memorial e morador do assentamento Nova Vivência, vizinho a Barra de Antas. Os painéis a seguir ilustram parte de seu conteúdo:

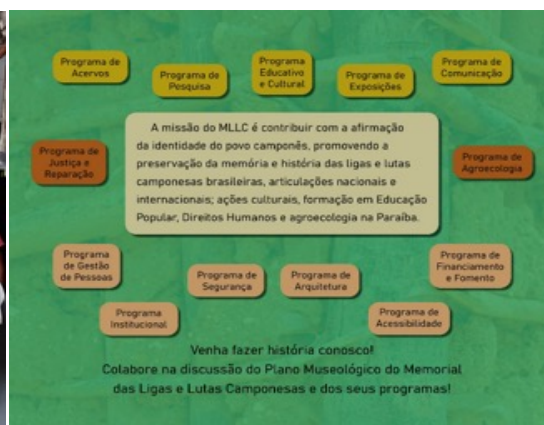
Imagens 6 a 12: Reprodução de painéis da exposição “Barra de Antas: terra onde luto e danço”, 2022.



7 Além do litígio que envolve a desapropriação da Fazenda Antas para fins de reforma agrária, a comunidade de Barra de Antas se viu no meio de um conflito por conta da iminência de construção de uma barragem na região, como parte de execução do projeto para a implantação do Canal da Vertente Litorânea (conhecido também como Canal Acauã-Araçagi) pelo governo do Estado da Paraíba, com apoio do governo federal. A construção dessa barragem impactaria na remoção de parte das pessoas que vivem na comunidade para outra região.



Acervo do MLLC, arte de Daniella Lira



Ser Camponês:

agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

Uma grande preocupação, sempre ressaltada pela equipe do Memorial nos planejamentos da exposição, era que a ela priorizasse imagens e uma linguagem acessível, de modo a tornar-se atrativa para as comunidades locais, haja vista a existência de um grande número de pessoas não alfabetizadas. Essa seria uma forma de se apropriarem da exposição e do próprio espaço do Memorial, ao se sentirem reconhecidos e pertencentes ao trabalho que foi desenvolvido. E seria uma outra forma também de lidar com a temática das Ligas Camponesas, comumente retratada com forte peso nas violências, dores e sofrimento a que foram submetidos os camponeses e camponesas que participaram ou foram mártires desse movimento. Sem esquecer as duras feridas sofridas, a exposição primou pela conexão das lutas do passado com as lutas do presente, de um povo que segue lutando, mas que também “dança”, ou seja, as suas memórias também são constituídas de referências culturais desses camponeses imersas em seu território.

Considerações finais

Identidade camponesa ideologicamente demarcada, atrelada à afirmação da tradicionalidade da comunidade rural de Barra de Antas, é agenciada no território por meio da atuação do MLLC, expressada tanto no plano museológico da instituição, como na formação da sua equipe e espelhada na exposição temporária “Barra de Antas: terra onde luto e danço”. São marcas da identidade em política que colocam em prática um projeto que se insurge contra os avanços do desenvolvimento pautado na lógica capitalista moderna, que perpetua injustiças sociais assentadas nas violências que fazem parte da história da questão rural brasileira.

Insurgir-se contra essa lógica capitalista moderna se dá por meio da assunção do camponês como classe social e da identidade camponesa como um projeto ético e político. Esse é um elemento que se destaca nos novos significados sociais que são dados às lutas no campo na atualidade, constituindo uma identidade em política como uma opção estratégica no trabalho do Memorial e no “envolvimento” dos camponeses e camponesas com a terra.

Tais aspectos também se constituem como um processo de musealização em que a memória coletiva de povos camponeses subalternizados é politizada pelo MLLC. Na esteira da identidade em política, a politização de suas memórias coletivas está estritamente ligada à luta por dignidade e justiça social aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Ademais trata-se de uma luta pela reprodução da vida e não para a reprodução da morte, com foco na reforma agrária, em meio a um contexto em que impera uma lógica capitalista e neoliberal, que segue privilegiando grandes latifúndios monocultores em detrimento dos camponeses.

Nesse caminho, o Memorial se transfigura como uma ferramenta de resistência que fissa as correlações de força e desafia as lógicas colonizantes dominantes. Por meio de uma postura contra-hegemônica às estruturas de poder que concebem a terra como uma mercadoria, os agentes que conformam o MLLC reivindicam o direito de acesso à terra e seu “envolvimento” com ela, respeitando os modos de ser e de estar de camponeses e camponesas em seu território. Assim, o “ser camponês”, por meio da musealização e conformação da memória coletiva desse grupo social, reveste-se em uma identidade em política imbricada na afirmação identitária com consciência de classe e fincada em suas lutas.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organização das massas rurais. As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In WELCH, Clifford A. (et al, org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 73-87.

ARAÚJO, Ozenildo Ramos. [Entrevista] 2023. Entrevista concedida em 28/02/2023, na comunidade Barra de Antas, Sapé/PB.

BASTIANI, Tânia Mara de. Em tempos de silêncios, o grito da resistência não pode calar: as parcerias entre o Ensino de História e a Educação dos povos do campo. *Saeculum – Revista de História*, v. 26, n. 45, João Pessoa, p. 216-230, jul/dez 2021.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

COUTINHO, Eduardo. *Cabra marcado pra morrer*. Documentário, 1984.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa (1986). In organização WELCH, Clifford A. (et al). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 135-144.

JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2013.

LIMA, Alane et al. *Plano museológico do Memorial da Ligas e Lutas Camponesas: 2023-2027*. João Pessoa: Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, 2023.

LIMA, Alane Maria Silva. [Entrevista] 2023. Entrevista concedida em 17/04/2023, na comunidade Barra de Antas, Sapé/PB.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969. In STEDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21-76.

OLIVEIRA, Josilene da Silva. [Entrevista] 2023. Entrevista concedida em 7/03/2023, na comunidade Barra de Antas, Sapé/PB.

PERLATTO, Fernando; MAIA, João Marcelo. Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, nr. 87, São Paulo, p. 83-112, 2012.

PESSOA, Vitor Gadelha. *As Ligas Camponesas na Paraíba: história e memória*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

Ser Camponês:

agenciamento como identidade em política no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia. In SANTO TIAGO, Silvano (coord.) *Intérpretes do Brasil*. Vol. III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, pp. 1103-1475.

RODRIGUES, Weverton. [Entrevista] 2023. Entrevista concedida em 23/03/2023, na comunidade Barra de Antas, Sapé/PB.

SANTOS, Cosmo Galdino dos. [Entrevista] 2023. Entrevista concedida em 01/02/2023, na comunidade Barra de Antas, Sapé/PB.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/ DEMU, 2008.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, jul/dez, p. 1-21, 2005.

SILVA, Gilmar Estêvão. [Entrevista] 2023. Entrevista concedida em 28/02/2023, na comunidade Barra de Antas, Sapé/PB.

TOLENTINO, Átila B. *A ferida colonial, os museus e as lutas no campo: insurgências e práticas decoloniais no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

VEINGUER, Aurora Álvarez; SEBASTIANI, Luca. Horizontes etnográficos desde experiencias colaborativas e implicadas. *Revista de Antropología Iberoamericana*. Vol. 15, nº 2, Madri: Antropólogos Iberoamericanos en Red, p. 233-246, mai/ago 2020.

VELHO, Otávio G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. (1989). In WELCH, Clifford A. et al (org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 89-96.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *RESR*, Piracicaba/SP. Vol. 52, p. 25-44, 2014.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

Recebido em junho de 2025.
Aprovado em agosto de 2025.